



## PRODUÇÃO DO ESPAÇO E METAMORFOSES DO MERCADO PÚBLICO DE MONTES CLAROS/MG

## PRODUCTION OF SPACE AND METAMORPHOSES OF THE PUBLIC MARKET OF MONTES CLAROS/MG

## PRODUCCIÓN DE ESPACIO Y METAMORFOSIS DEL MERCADO PÚBLICO DE MONTES CLAROS/MG

1

Lunna Chaves Costa<sup>1</sup>

Daniel Coelho de Oliveira<sup>2</sup>

Iara Soares de França<sup>3</sup>

DOI: <https://doi.org/10.22481/sertanias.v3i2.11336>

**Resumo:** O presente trabalho analisa, historicamente, como surgiu e se desenvolveu o Mercado Central de Montes Claros/MG. Para isso, o artigo buscou compreender a origem e a trajetória da sua construção, que vai desde o primeiro Mercado Central, construído em 1899, até o último Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff, edificado em 1988 e objeto principal deste estudo. Para o desenvolvimento da pesquisa, a metodologia utilizada partiu da integração de dois métodos: quantitativo e qualitativo, com vistas a adquirir maior confiança nos dados, por meio do cruzamento das conclusões. Foi realizado um levantamento bibliográfico e pesquisa documental junto a jornais, revistas, projetos, mapas e fotografias a respeito do Mercado Central de Montes Claros. Além disso, foram aplicados questionários semiestruturados para os diversos

---

<sup>1</sup> Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Atualmente é professora do ensino básico/técnico e tecnológico do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG) Email: lunna.chaves@ifnmg.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9601-0363>

<sup>2</sup> Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Professor no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. Professor permanente do Mestrado Associado UFMG-UNIMONTES em Sociedade, Ambiente e Território. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Email: daniel.oliveira@unimontes.br ORCID <https://orcid.org/0000-0003-2565-6551>

<sup>3</sup> Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Professora do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES. Docente Permanente do Programa de Pós Graduação em Geografia/PPGEO, Nível Mestrado, da Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES. Docente Permanente do Mestrado em Associação Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG e Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES Sociedade, Ambiente e Território PPGSAT. Bolsista de Pós-doutorado Sênior do CNPq. Email: iara.franca@unimontes.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7765-8199>



agentes históricos, que contribuíram para o entendimento das transformações nesses espaços. A principal consideração constatada foi que o primeiro Mercado Central ainda vive no imaginário da população montesclareense e está presente em diversas manifestações artísticas da cidade. Ademais, a sua demolição não foi e ainda não é bem aceita pela maioria das pessoas. Quanto ao Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff, foi percebido que se trata de um espaço que abriga conflitos dos mais diversos, que vão desde a conservação do seu espaço físico até o direito de sucessão dos pontos de venda, e se coloca como um problema para a administração municipal, pois, por mais que figure como reserva das tradições da sociedade, ainda necessita de readequações estruturais.

**Palavras-chave:** Mercado Público. Produção do Espaço. Urbanização.

**Abstract:** This paper analyzes, historically, the Central Market of Montes Claros, Minas Gerais, MG creation and development. For that, we sought to understand its origin and building trajectory, from the first Central Market, built in 1899 until the last one, Christo Raeff Nedelkoff Central Market, constructed in 1988, main object of this study. The research methodology was based on the integration of two methods, quantitative and qualitative, in order to gain greater confidence in the data by crossing the conclusions. We carried out a bibliographical survey and documentary research in newspapers, magazines, projects, maps and photographs about the Montes Claros Central Market. We also applied semi structures questionnaires to the various historical agents, that contributed to the understanding the transformations in these spaces. The main consideration was that the first Central Market still lives in the imagination of the population in Montes Claros and it is present in several artistic manifestations of the city. Moreover, its demolition has not been and is not yet well accepted by most people. Concerning to Christo Raeff Nedelkoff Central Market, we perceived that it is a space that houses conflicts of the most diverse, ranging from the conservation of its physical space to the right of succession of the points of sale and it poses a problem for the municipal administration, as much as it is a reserve of the traditions of society, it still needs structural readjustments

**Keywords:** Public Market. Space production. Urbanization.

**Resumen:** El presente trabajo analiza, históricamente, cómo surgió y se desarrolló el Mercado Central de Montes Claros/MG. Para ello, el artículo buscó comprender el origen y la trayectoria de su construcción, que va desde el primer Mercado Central, construido en 1899, hasta el último Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff, construido en 1988 y objeto principal de este estudio. Para el desarrollo de la investigación, la metodología utilizada partió de la integración de dos métodos: cuantitativo y cualitativo, con el fin de adquirir mayor confianza en los datos, a través del cruce de las conclusiones. Se realizó un levantamiento bibliográfico y una investigación documental con periódicos, revistas, proyectos, mapas y fotografías referentes al Mercado Central de Montes Claros. Además, se aplicaron cuestionarios semiestructurados a los diversos agentes históricos, lo que contribuyó a la comprensión de las transformaciones en estos espacios. La principal consideración encontrada fue que el primer Mercado Central aún vive en el imaginario de la población de Montes Claros y está presente en diversas manifestaciones artísticas de la ciudad. Además, su derribo no fue ni es bien aceptado por la mayoría de la gente.



En cuanto al Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff, se percibió que es un espacio que alberga los más diversos conflictos, que van desde la conservación de su espacio físico hasta el derecho de sucesión de los puntos de venta, y se plantea como un problema para la administración municipal, porque, por más que aparece como una reserva de las tradiciones de la sociedad, aún necesita reajustes estructurales.

**Palabras llave:** Mercado Público. Producción Espacial. Urbanización.

## Introdução

Nas últimas décadas, os Mercados<sup>4</sup> públicos têm passado por um processo de ressignificação, como nos casos de São Paulo e Barcelona, estudados por Pintaudi (2006). As metamorfoses vivenciadas por esses espaços públicos demonstram a adaptação às distintas racionalidades da produção social do espaço urbano. Também as pesquisas de Freire (2018) analisaram as mudanças nos antigos Mercados em capitais brasileiras. Nesse cenário de mudanças, os Mercados continuam a desempenhar papel fundamental para a Economia local e para a comunicação direta entre produtores e consumidores. O processo de ressignificação dos Mercados também é marcado por interesses divergentes a respeito da normatização e da regulação do uso do espaço público.

O presente artigo analisou a trajetória e as diferentes transformações vivenciadas pelo Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff, em Montes Claros/MG, que passou por mudanças de uso e de significado. Além de ser um ambiente de trocas comerciais, o Mercado também se apresenta como o lugar do patrimônio cultural, do imaterial, por meio de ingredientes, dos modos de fazer e dos conhecimentos diversos capazes de representar a identidade e a memória da cidade.

É importante salientar que, apesar de o objeto central do artigo ser o Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff, são consideradas as duas construções anteriores, já demolidas. Nesse sentido, a proposta se orienta a partir de alguns questionamentos: Qual a origem do Mercado Municipal de Montes Claros? Que fatos marcam a sua trajetória de construção? Como se configurou o presente espaço? Quais são os atores e as instituições que constroem esse

---

<sup>4</sup> Para um melhor entendimento, o termo “Mercado” é utilizado, com a inicial maiúscula, para se referir ao espaço físico, e “mercado”, com a inicial minúscula, para se referir à transação.



Mercado? Que mudanças e permanências são verificadas nos diferentes momentos do Mercado?

Importa, ainda, explicar os termos adotados no tratamento dos Mercados Públicos de Montes Claros e o marco temporal utilizado. Quando foi utilizada a expressão “Mercados Públicos”, o trabalho se referia aos três espaços que compõem a trajetória de existência do Mercado Central da cidade, desde sua origem até a presente data (ano de 2019). São eles: o primeiro Mercado Central, ou o Antigo Mercado, que foi inaugurado em 1899; o segundo Mercado Central, situado na rua Coronel Joaquim Costa e inaugurado em 1968; e o terceiro Mercado Central, atual Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff, construído em 1988.

Para atingir o objetivo descrito, a pesquisa integrou dois métodos: o quantitativo e o qualitativo, com vistas a ter maior confiança nos dados, por meio do cruzamento das conclusões. A fim de compreender a trajetória histórica do Mercado Central de Montes Claros e a sua importância econômica, política e social, o artigo foi dividido em quatro seções: introdução; análise teórica das temáticas produção do espaço, mercados e memória; a produção do espaço na cidade média de Montes Claros a partir da configuração espacial do Mercado Central em sua história, dinâmica, produção, significado, permanências e mudanças e, por último, as considerações finais.

## 1 A produção do espaço urbano

Para entender a importância social, econômica e política do Mercado Central em Montes Claros e região, é necessário fazer uma breve análise da contribuição de Henri Lefebvre (1974) e de Roberto Lobato Corrêa (1995) a respeito do pensamento dialético sobre como o espaço é produzido, tendo em vista que, ao mesmo tempo em que o espaço é um produto social, também é o lugar de reprodução socioeconômica. Desse modo, deve ser compreendido a partir de um contexto social específico.

Esse pensamento dialético refere-se ao entendimento das contradições de uma realidade social. Paradoxalmente, são as próprias contradições que irão permitir sua compreensão. Os questionamentos que envolvem as contradições vão-se elevando e se transformando, à medida que são superadas. Lefebvre (2001) defendia que a chave é exatamente superar essas

contradições com outras soluções que, provavelmente, serão questionadas mais tarde e nunca tomadas como uma verdade absoluta.

No início da década de 1970, Henri Lefebvre lançou um estudo aprofundado acerca da produção do espaço. Uma obra de leitura densa, complexa, que se explica e se questiona ao longo do caminho. Os conceitos são desenvolvidos por Lefebvre à medida que a leitura se avança.

Percebe-se que a organização espacial da cidade reflete diretamente as relações de conflito entre o capital e o trabalho. O seu crescimento desenfreado e seu insuficiente planejamento produzem um espaço de campo de batalha de poder e de conflitos de vários tipos, de modo que se tenha que reinventar para continuar reproduzindo o capitalismo.

O geógrafo Roberto Lobato Corrêa, em “O Espaço Urbano”, considera a cidade como um espaço urbano. O autor inicia sua análise geográfica da cidade a partir da definição do que seja um espaço urbano. Nesse sentido, ele explica quais são os agentes sociais que o produz.

O espaço urbano se coloca profundamente desigual, mutável (já que é reflexo da sociedade), fragmentado e apresenta sua própria dinâmica. Além disso, Corrêa (1995) afirma que o espaço da cidade é um condicionante social, visto que as suas formas espaciais interferem diretamente nas condições, nas relações de produção, no conjunto de símbolos e nos campos de luta, pois assumem uma condição simbólica.

Os agentes sociais que criam e recriam a cidade agem dentro de um marco jurídico, apresentados por Corrêa (1995), como os proprietários dos meios de produção, os fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. O autor adverte que os três primeiros agentes, por mais que sejam conflitantes em alguns momentos, são todos apropriadores de uma renda da terra, e suas ações servem ao único propósito de reprodução das relações de produção capitalista.

## **2 As metamorfoses dos mercados e a preservação da memória**

Importa discorrer sobre a relação entre memória e metamorfose, conceitos adotados no desenvolvimento deste artigo. Aliados a esses dois conceitos, não é possível deixar de abordar os conceitos de paisagem, de espaço e de espacialidade, tratados por Santos (1988). O autor

define o espaço como a materialização (sempre mutável) da soma de uma paisagem com a sociedade.

No que diz respeito à memória, o autor explica que a paisagem se coloca como estática, abrigando uma história ali escrita, ou seja, um passado. A espacialização é atual, é o presente, o momento em que as relações sociais se materializam e se encaixam na Geografia, e se realiza no espaço. Já o espaço é aquela paisagem somada à vida, à sociedade, que se transforma e se metamorfoseia de acordo com o movimento da sociedade na História.

Então, o espaço se mostra dinâmico, adaptável às ações da sociedade. Ele se transforma e se define como a materialização desse dinamismo, que é o fenômeno humano. Os Mercados Públicos são espaços que se transformaram ao longo de sua existência, na tentativa de se adaptarem aos novos movimentos da sociedade.

Ao considerar a importância dos Mercados para as cidades, Pintaudi (2006) analisa as diferentes metamorfoses de alguns mercados pelo mundo e entende que:

[...] o lugar do mercado está entre aqueles que se adaptam às diferentes racionalidades da divisão social do espaço urbano. De espaço periférico, quando servia ao abastecimento de pequenas cidades, sem se deslocar, o mercado passou a ocupar um lugar central na malha urbana com o crescimento do número de seus habitantes (esse modelo é repetido na maior parte das cidades), chegando até o século XX. Neste século, essa forma fica submetida às leis do mercado, com resultados diferentes (PINTAUDI, 2006, p. 92).

A autora analisa três casos de implantação dos sistemas de Mercados públicos, nas cidades de Barcelona (desde o final do século X, até os atuais), Paris (desde o século XII até os atuais) e São Paulo (desde o século XVIII até os atuais). Ela evidencia que algumas das construções dos Mercados de Barcelona já não suportavam mais o fluxo gerado na cidade, entretanto, foram mantidas e receberam, a partir de estratégias de redefinição de espacialidade, novas funções e usos.

É importante salientar que as cidades possuem uma relação de extrema importância com os Mercados municipais, ainda na atualidade, como forma de abastecimento: em 2006, existiam 41 Mercados municipais em funcionamento, espalhados pelos bairros da cidade; 70% da população frequentava esses espaços, que abrigavam 40% dos comerciantes de gêneros alimentícios (PINTAUDI, 2006).

De acordo com Pintaui (2006), a cidade de São Paulo viveu algo parecido com Barcelona e Paris, mas em tempos diferentes. O primeiro Mercado Municipal foi inaugurado no início do século XIX e acompanhou o ritmo e o crescimento da cidade até o início do século XX, quando o município cresceu e exigiu um novo lugar que abrigue o seu Mercado. Silva (2012), resgata que em 1968, o segundo Mercado Central foi construído, em uma localização mais afastada, que se tornou, posteriormente, uma nova centralidade.

Para Corrêa (1995), a cidade capitalista abriga uma série de processos sociais, que criam atividades diversas e se concretizam nas inúmeras formas espaciais que constituem a organização espacial urbana. Esse movimento acontece por meio de forças atuantes postas por diversos agentes modeladores, que ditam o movimento das atividades e da população na cidade.

Vale discorrer sobre inércia (dada como processo social) e áreas cristalizadas (como forma materializada resultante do processo). Corrêa (1995) explica que a inércia atua na cidade, ao passo que preserva certos usos e certos locais, por mais que a localização desses espaços não se justifique mais.

O processo da inércia precisa ser visto com profundo relativismo, pois o uso da terra possui, além das variáveis econômicas e tributáveis, simbolismos de valores culturais e sentimentos que não admitem mudanças. Visto tal processo, os Mercados públicos poderiam ser vistos, por um lado, como espaços onde a inércia atua fortemente, e por outro como locais de intensas transformações, como o caso Mercado Central de Montes Claros.

### **3 A produção do espaço no mercado central de Montes Claros**

De forma geral, os Mercados públicos de abastecimento se apresentam como importante referência histórica e cultural das cidades. Eles abrigam as mais diversas relações de trocas, que vão além das econômicas, e se estabelecem como lugares em constante mutação. Nessa perspectiva, o objeto deste artigo é o Mercado Central de Montes Claros Christo Raeff Nedelkoff, que passou por mudanças de uso e de significados ao longo dos anos. O objetivo do artigo é o de analisar, historicamente, o surgimento e o desenvolvimento do Mercado Central de Montes Claros/MG, que vai desde o primeiro Mercado, construído em 1899, até o último Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff edificado em 1988.

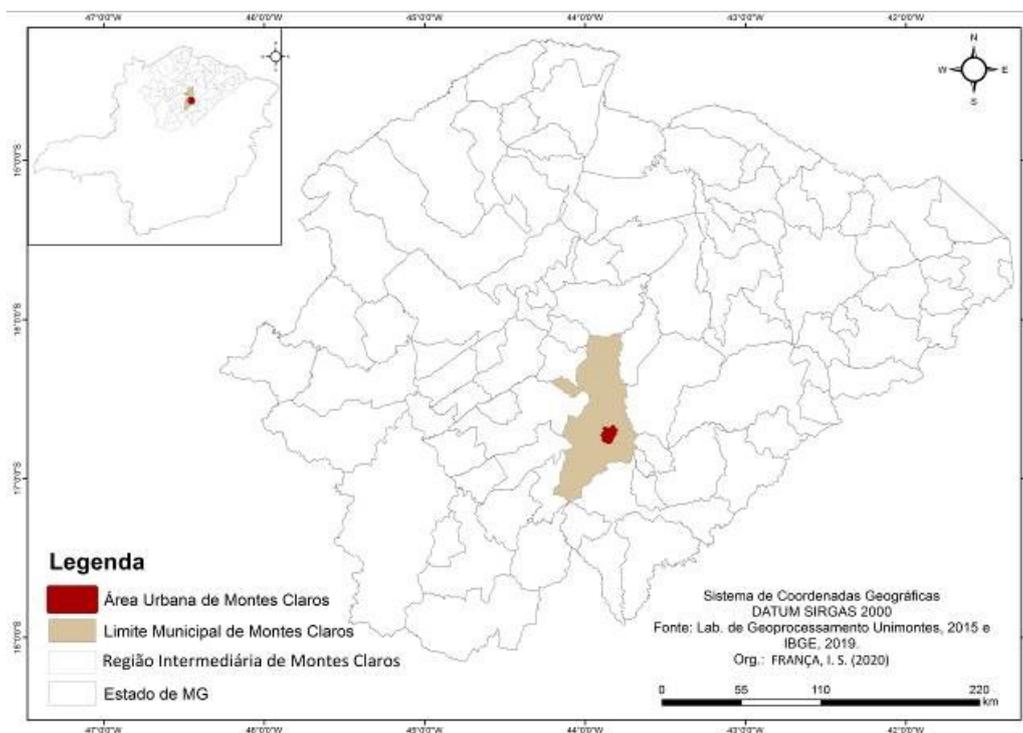


França (2007) discorre sobre o papel das cidades médias no País, que passam a ganhar importância política, econômica e demográfica, no final do século XX, notadamente, atraindo indústrias e gerando comércio e prestação de serviços, o que leva à atração de fortes contingentes populacionais.

Para a autora, as cidades médias demonstram seu potencial com a elevada participação na Economia nacional, tornam-se complexas e dinâmicas, inovam-se constantemente e oferecem relativa qualidade de vida a seus moradores. O município de Montes Claros (MG) é uma cidade média mineira, que se apresenta em um contexto diferente de crescimento e de expansão urbana, assumindo, hoje, uma posição de centralidade intra e interurbana e se consolida como o núcleo urbano mais expressivo do Norte de Minas (FRANÇA, 2007). Montes Claros é uma das principais cidades do interior do estado de Minas Gerais, com uma população estimada em 2021, de 417.478 habitantes e taxas de urbanização (96%). Além do dinamismo populacional, o município é uma das maiores economias mineiras, figurando entre as dez no cenário estadual. De acordo com o IBGE, no ano de 2019, Montes Claros apresentou PIB no valor de R\$ 9,71 bilhões de reais. Considerando o PIB por setores econômicos, no ano de 2019, destaca-se a participação do setor de serviços com 74%, enquanto os setores industrial e agropecuário responderam, respectivamente, por 24% e 2% do PIB municipal. (IBGE, 2019).



**Mapa 1** – Região Intermediária de Montes Claros-MG



**Fonte:** Laboratório de Geoprocessamento Unimontes, 2020.

O município é uma das maiores economias mineiras representando o 9º lugar no ranking municipal de composição do PIB estadual, em 2017. De acordo com o IBGE, no ano de 2017 Montes Claros apresentou PIB no valor de R\$ 8,97 bilhões de reais. Considerando o PIB por setores econômicos, no ano de 2017, destaca-se a participação do setor de serviços com 74%, enquanto os setores industrial e agropecuário responderam, respectivamente, por 24% e 2% do PIB municipal. (IBGE 2017).

A estimativa Populacional do IBGE de 2018 aponta que Montes Claros (MG) possui 404.804 habitantes, ocupa o sexto lugar no *ranking* das cidades mais populosas do estado de Minas Gerais. Sua área geográfica de 3.568,941 km<sup>2</sup>, com densidade demográfica de 101,41 habitantes/km<sup>2</sup>. O Produto Interno Bruto – PIB – per capita do município, estimado pelo IBGE, em 2016, era de R\$ 21.943,89. Se adotado esse valor para a população estimada em 2018, pode-se inferir que o PIB a preços correntes do município já ultrapassa a R\$ 8,8 bilhões.

Servilha e Doula (2009) escrevem sobre a importância social dos mercados e das feiras, apresentando importantes contribuições para o entendimento desses espaços. A divisão social do trabalho influencia diretamente as trocas que aconteciam nos mercados, muito antes da Revolução Industrial. Esse sistema de trocas vai além do aspecto financeiro, que hoje pode ser atendido mais facilmente por supermercados, por sacolões e por atacadistas. Na concepção das autoras, as práticas e os saberes desses espaços são transferidos e modificados ao longo do tempo:

[...] desse modo, a existência e persistência dos mercados nos dias atuais está vinculada à ideia de que este é um espaço não só de comercialização, mas também de socialização, de cores, cheiros e sons que fazem parte da história das pessoas e das cidades nas quais estão inseridos. O mercado surge da necessidade da troca e do intercâmbio de saberes e práticas (Servilha, 2008) que são construídos através do cotidiano e formam o patrimônio cultural e imaterial das cidades (GUIMARÃES; DOULA, 2018, p. 03).

Baseando-se em Araújo e Barbosa (2004), Servilha e Doula (2009) explicam que o Mercado abriga o encontro entre o urbano e o rural, em que relações interculturais são tecidas por pessoas de diferentes classes sociais e realidades.

A importância econômica, social e política do Mercado Central para Montes Claros se dá desde sua criação e sofre mudanças ao longo do tempo. França (2007) evidencia que a chegada da ferrovia, em 1926, abriu caminhos para um profundo desenvolvimento do comércio local e regional: a cidade passou a comercializar seus produtos para, além da região Norte, municípios dos estados da Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro. O núcleo central comercial da cidade funcionava na Praça principal da cidade, a Praça Dr. Carlos Versiani, que abrigava o seu primeiro Mercado Central. À sua volta, foram surgindo logo as primeiras agências bancárias.

É interessante observar como os Mercados construíram, nas cidades, uma centralidade comercial. E, quando se mudam de espaço, carregam consigo e constroem outras centralidades. Tomem-se como exemplos os Mercados centrais que existiram em Montes Claros. Suas construções atraíram para seus entornos lojas e pontos de prestações de serviços, que estiveram, de alguma, forma aliados ao público de consumo que frequentava esses espaços.

Antes da localização e estrutura atual, o Mercado Central possuiu outras duas versões. O primeiro Mercado Central de Montes Claros se localizava em frente à praça Dr. Carlos Versiani e deu forma ao comércio alimentar da cidade que, no início do século XIX, abrigava ranchos e intendências onde os tropeiros, fazendeiros e cometas<sup>5</sup> comerciavam produtos agrícolas locais, produtos originados da corte e até escravos. O segundo Mercado Central era situado entre a rua Coronel Joaquim Costa e a rua Belo Horizonte; concomitante com ele, foi construído um Mercado alternativo, o Mercado Sul (em funcionamento até a presente data), no Bairro Morrinhos. O terceiro Mercado Central (o objeto desta pesquisa) recebeu o nome de Christo Raeff Nedelkoff, localiza-se na Avenida Deputado Esteves Rodrigues e se encontra em pleno funcionamento nos dias atuais (Figura 1).

Figura 1 - Localização dos quatro Mercados de Montes Claros



**Fonte:** acervo do/as particular do/as autore/as, 2019.

<sup>5</sup> Cometas eram os antigos vendedores ambulantes que iam de cidade em cidade vender suas mercadorias.

É importante reiterar a necessidade de compreender a trajetória histórica dos Mercados que já existiram na cidade. Para a assimilação das mudanças de uso e de significado do Mercado Central atual, faz-se necessário compreender sua trajetória e sua memória, visto que o Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff é resultado de um processo de ressignificações e de mudanças vividas pela cidade e materializadas na metamorfose dos três outros Mercados que o precederam. Para tal entendimento, recorreu-se a importantes memorialistas e revistas históricas que se dedicaram a trazer relatos históricos de acontecimentos sobre a cidade, ricos em detalhes e em fatos corriqueiros, que não se encontram com frequência em trabalhos científicos.

Em Montes Claros, quando ainda era o Arraial das Formigas (denominação datada do início do século XIX), já existia um rancho que abrigava os tropeiros (fazendeiros da região e cometas) e servia de local de exposição e de venda de seus produtos, ofertados à população local. A Revista Nossa História (2000) conta que existiram vários ranchos/Mercados na Vila e que esses foram noticiados por algumas personalidades que por lá passaram:

Saint Hilaire relata em um dos seus livros que, quando passou por Montes Claros, em 1817, achou o arraial de Montes Claros “como um dos mais belos que ele viu na “Província de Minas” e relatou, que nele já existia uma “intendência”. Outros viajantes estrangeiros que por aqui passaram, tais como Spix e Matius (em 1819), relataram no livro, “Viagem ao Interior do Brasil”, a existência de um rancho/mercado no arraial. Em 1837, já no tempo em que Montes Claros havia passado à condição de Vila, e também conquistara a sua autonomia política e administrativa, e a sua população vinha, gradativamente, aumentando, os administradores da progressista Vila, seguramente, melhoraram as condições dos ranchos que serviam de mercado, pois, naquele ano, quando por aqui passou George Gradner, médico e pesquisador inglês, além de ter achado a vila de Montes Claros como uma das mais belas do interior do Brasil, relatou em seu livro, que aqui existia um mercado/intendência no largo da matriz que ele considerou de excelente qualidade (NOSSA HISTÓRIA, 2000, p. 2).

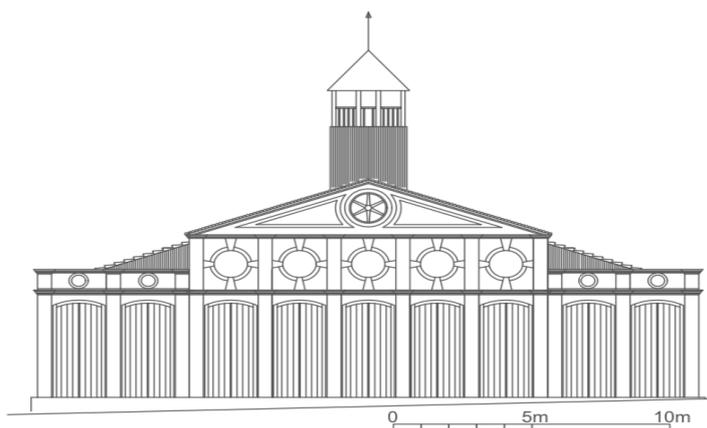
Na última década do século XIX, diante do crescimento da cidade, os ranchos e intendências passam a ser insuficientes para o abastecimento alimentar da população e do comércio local. Então, cidadãos “influentes” da cidade tomaram a iniciativa de construir um novo Mercado, que acompanhasse o crescimento da cidade, o aumento de sua demanda

alimentar e que abrigasse, com condições mínimas de higiene e de segurança, as trocas que se tornavam cada vez mais crescentes.

Diferente da tipologia de arquitetura de Mercados públicos adotada nas grandes cidades, o **primeiro Mercado Central** de Montes Claros apresentava forma retangular, com circulação interna feita por ruas que se iniciavam nos portões laterais frontais e terminavam nos portões laterais do fundo da edificação, que separavam os boxes do pátio central. O método construtivo adotado foi alicerce de pedras, vedação em tijolos de adobe e estrutura em madeira. A cobertura era de telha colonial, suportada por tesourões de madeira distribuídos ao longo da extensão longitudinal do vão.

O estilo de arquitetura adotado foi o neoclássico<sup>6</sup>, como resposta aos extremismos e exageros decorrentes do período barroco. Suas características arquitetônicas correspondem ao modelo das edificações brasileiras de maior porte construídas no século XIX: apresentava planta simplificada, simétrica, com cores neutras, telhados com platibandas, possuía um frontão em sua fachada principal (Figura 2).

**Figura 2** - Elevação esquemática da fachada principal do Mercado Central de Montes Claros.



**Fonte:** acervo do/as particular do/as autore/as, 2019.

<sup>6</sup> Segundo Benevolo (2001), o estilo de construção neoclássico se inicia no século XVI e tem como características dominantes o resgate de modelos da arquitetura antiga, grega e romana, como colunas, cornijas, tampões em telhado, frontões, etc. com noções de racionalidade.

O espaço é descrito por Graça (1986) como um enorme casarão branco, “tipo chalé” (Figura 3). O centro era vazio e servia de espaço para os tropeiros e bruaqueiros<sup>7</sup> estenderem seus produtos. O seu torreão foi instalado posterior à inauguração do prédio e abrigava um relógio, que funcionava como regulador municipal, de onde se poderiam ajustar as horas de toda a população da cidade.

**Figura 3** - Foto da entrada principal do Mercado Central de Montes Claros.



**Fonte:** Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Montes Claros, 2019.

O costume de ir à feira aos sábados já vinha desse tempo. É notória a importância do Mercado, que, desde o início de sua existência, funcionava como o coração da cidade. A esse respeito, Graça (1986) relata suas memórias sobre o lugar e sua importância para Montes Claros:

Ao centro, uma enorme área vazia onde os tropeiros e bruaqueiros espalhavam suas bruacas. Mais tarde, ampliaram-no, com uma torre de 17 palmos, onde colocaram um Regulador Público, que foi inaugurado em 1906. Esse mercado

<sup>7</sup> Bruaqueiros, animais que transportam **bruacas**, que são bolsas de couro para transporte de cereais sobre cavalgadura (animais como cavalo, jegue, burro), muito comuns no interior brasileiro antigamente e no Nordeste, mesmo nos dias atuais.

foi, por muitos anos, o ponto vital da nossa cidade, onde os encontros se repetiam diariamente, os bate-papos, conversas políticas, negócios, decisões sobre as famílias, até problemas no casamento, tudo era discutido no mercado. Aos sábados, tornou-se hábito de todos, era o dia da feria, ou “procissões dos aflitos”, como dizem, todos os moradores da nossa cidade antiga dirigiam-se ao mercado para fazerem suas compras. Era feira de verdade, onde se encontrava de tudo, mercadorias simples, sem a industrialização e sofisticadas embalagens dos mercados modernos (GRAÇA, 1986, p. 62).

O Mercado era o lugar onde acontecia o espetáculo de cores, de cheiros e de sabores. Graça (1986. p. 64) destaca o cheiro do café torrado no dia e a enorme variedade de frutas disponível: “[...] ainda me lembro, na Rua de Baixo, onde morava, que quando Maria Flora (mãe do Alcebíades Santos) torrava o café, estendia-se a toda a rua aquele cheirinho quente e gostoso.”

Figura 4 - Comerciantes no entorno do Mercado Antigo e seus produtos expostos ao chão.



**Fonte:** Acervo pessoal do historiador Norivaldo Alves Alves, S/D.

Sobre a origem dos produtos, o arquiteto Gilner Rocha lembra-se de que os bairros conhecidos hoje como centrais, ou próximos ao centro, eram grandes Chácaras, cujo excedente agrícola produzido era vendido no Mercado Central:

Os produtos eram produzidos aqui em volta do centro, era uma série de chácaras, a cidade tem muita água. Aqui é uma nascente, as cidades começam pela água. Então tudo vinha daqui. Os processos não eram organizados, mas as pessoas se respeitavam mais [...]. As mercadorias chegavam em cangalhas

e bruacas. Tinha um curral perto da Cemig, onde os animais em geral ficaram presos. (ROCHA, Gilner. Entrevista, junho de 2019).

Na opinião de Paula (1979), o Mercado, que serviu à população e aos comerciantes por 72 anos, já não era mais tão espaçoso e arejado. Na década de 1960, foram executadas alterações na sua construção: o espaço das bancas ficou menor e a demanda alimentar aumentou consideravelmente, acompanhando o crescimento da população. Além disso, a aglomeração de pessoas e de animais em seu entorno atrapalhava o trânsito de automóveis.

Silva (2012), resgata que o então prefeito Simeão Ribeiro Pires decidiu construir outro mercado central, que, segundo ele, “fosse mais condizente” com o cenário de progresso vivido em Montes Claros. A proposta de projeto e a localização do novo mercado agradaram ao público que assistiu à apresentação e então foi autorizada, em sessão extraordinária, na Câmara Municipal de Montes Claros.

A demolição do primeiro Mercado se inseriu em um contexto de reestruturação da cidade. A gestão do prefeito Antônio Lafetá Rebello aconteceu entre os anos 1966 a 1970. Esse período ficou marcado pelos princípios de modernização e de desenvolvimento, em que a cidade passou por uma reestruturação urbana delineada no seu primeiro Plano Diretor.

O princípio da gestão, de acordo com Silva (2012), era romper as relações com o passado e abrir espaço para a modernidade: ruas se transformaram em avenidas e prédios e construções antigas deram lugar a uma nova arquitetura, fruto do programa desenvolvimentista do regime militar. O Governo tinha como objetivo, à época, levar progresso às cidades de porte médio, a fim de diminuir a migração para os grandes centros do País.

As justificativas apresentadas à população foram a falta de higiene, de segurança do prédio em questão e a aglomeração de comerciantes nas ruas adjacentes ao Mercado. Silva (2012) explica que a demolição do antigo mercado se deu, porque a obra estava condenada por medidas de higiene e de segurança. Além disso, a ideia de preservação do patrimônio cultural e da memória da cidade é recente.

Sob outra perspectiva, a entrevistada MF<sup>8</sup>, lembra-se de que não havia ficado muito claro o motivo real da demolição do Mercado e confirma a fala da servidora Raquel Mendonça,

---

<sup>8</sup> Para preservar a identidade da/os entrevistada/os, foram utilizadas somente as iniciais do nome de cada um.

mais adiante, sobre o grupo de mulheres que foram reclamar a manutenção da edificação, explicando que ela e outras mulheres propunham à administração que aquele espaço fosse um centro de artesanato:

Não entendemos por que tinha que demolir aquele mercado. Com certeza por questão política. Não sei se quiseram aproveitar o espaço. Eu sei que nós não queríamos deixar. Queríamos fazer um centro de artesanato lá. Era outra visão que a gente tinha, não era nem econômica, dizendo o que ali valia de terreno. Talvez era errada a nossa visão, talvez não chegaríamos ao progresso se ele tivesse sido mantido (Entrevistada MF, junho de 2019).

Assim como a Entrevistada MF, o Entrevistado GR também interpreta a decisão de demolição do Mercado Antigo como uma considerável falha da gestão municipal, influenciada pelo pensamento de modernização, motivado e vivido naquela época:

O Toninho promoveu a demolição do mercado e da igreja do rosário. O que seria um crime fazer o que ele fez. Naquela época, ninguém tinha essa sensibilidade. O código de obras tinha um artigo que proibia você de tornar uma casa antiga mais sólida, elas deveriam ser demolidas. Aquilo era uma ameaça à segurança das pessoas. Casarão não era um negócio tão bem-vindo aqui não [...]. De um modo geral, não existia essa consciência de preservação de um patrimônio histórico. Ainda mais nessa época, que era o governo de Juscelino. Tudo era novo: o cinema novo, a bossa nova. Nada velho prestava. A igreja do rosário foi publicada, o automóvel clube. Era o modernismo. Tentaram até que Jairo fez aquele negócio um pouco mais jeitoso pelo menos para poder atender aos camelôs e liberar a praça. Todo mundo tinha mil ideias sobre o que fazer naquele espaço. (Entrevistado GR, junho de 2019).

O primeiro Plano Diretor, implementado na década de 1970, apresentava-se como a primeira tentativa de regulação dos espaços da cidade de Montes Claros e tinha como princípio acabar com o aspecto rural e tradicional da cidade, agregando-lhe ares modernos e urbanos. A cidade então se reestruturou com a modernização dos prédios, alargamento das ruas, modernização do centro e a criação do Distrito Industrial.

Diante do crescimento da demanda alimentar e da necessidade de abrigar mais comerciantes que chegavam para vender seus produtos, a Câmara Municipal da cidade deliberou sobre a construção do **Segundo Mercado Central**. Silva (2012) evidencia que a construção do novo Mercado ficou paralisada por alguns anos, e que a data de sua inauguração não é precisa, mas é possível estipulá-la pela data de desapropriação do terreno pretendido para

construção, em fevereiro de 1967 e pelo decreto nº 150, de 8 de maio de 1968, na gestão do prefeito Toninho Rebello. A autora relata que a obra do Mercado da Praça Dr. Carlos foi condenada por medidas de higiene e de segurança e sua demolição aconteceria quando o Mercado novo fosse inaugurado: “[...] considerando que o poder público municipal construiu um novo Mercado condizente com a cidade e cujas características vêm suprir de modo amplo e insofismável o Antigo Mercado”<sup>9</sup>.

O espaço do segundo Mercado Central, construído na rua Coronel Joaquim Costa, é descrito pelo Entrevistado GR, que viveu naquele tempo e frequentava o espaço. Ele aborda um assunto ainda emblemático, que são as concessões dadas aos comerciantes para venderem naqueles espaços. O arquiteto entende que são pontos conflituosos, já que há uma sobreposição de interesses. Além disso, ele ressalta o vazio físico que o Mercado Central deixou por muito tempo, tornando-se outro problema:

Do segundo, lembro pouco. Era uma galeria que saía da Visconde de Ouro Preto até a Belo Horizonte e tinha lojas de um lado e do outro. Para estacionar, não era problema. A cidade era pequena, havia poucos automóveis, as pessoas andavam a pé, não existia essa demanda. Sei que os Mercados têm esse problema. Caras folgados que não pagam nada, não vendem nada, mas ficam ali, apegados ao lugar. Deveria haver algo impositivo, que obrigasse as pessoas a contribuir. Eles são apegados, não conseguem se organizar. É uma trava política violenta [...] Eu frequentei pouco o segundo Mercado. Foi quando eu estudei fora, ia pouco lá. Ninguém notou muito. Resolveu o problema, por certo tempo. Foi o Cimentão que deixou um vazio, deixou muita gente incomodada e passou a ser um problema. Diziam que o vazio era a solução. Na construção do segundo, ainda não havia preocupação com estacionamento de automóvel. O número de automóvel era ainda restrito. A rua Coronel Joaquim Costa era larga, as pessoas paravam, compravam as coisas, sem problema com automóvel. Eu comprava coisas com uma cesta grande, era fácil de lidar (Entrevistado GR, maio de 2019).

Sob uma ótica semelhante à do Entrevistado GR, o Entrevistado PR concorda com a fala de que o vazio deixado pelo antigo Mercado Central era um incômodo constante para os usuários do centro da cidade. Após sua demolição, toda a área foi cimentada e assim

<sup>9</sup> Decreto nº 150, de 8 de maio de 1968. Fonte: Setor Jurídico da Prefeitura Municipal de Montes Claros.

permaneceu por um tempo, ficando conhecida como “cimentão”. Segundo o secretário, essa atitude foi isolada e sem planejamento, o que revelava outros motivos para sua demolição:

O “cimentão” foi um problema por muito tempo. Pra você entender que foi uma falha terrível essa demolição... Ela não tinha planejamento, não tinha porquê. A construção, a meu ver, não era decadente, não estava desmoronando. Demolir pra fazer o que depois? Não tinha o que fazer lá. O espaço era nobre, mas a gestão não tinha ideia do que construir ali. Só queriam acabar com o problema do espaço sujo, que, para a elite detentora do poder, acabava desvalorizando a moral da cidade. Muita gente começou a imaginar e sugerir e ate cobrar algo que preenchesse aquele espaço, porque ficou um vazio muito grande na cabeça e na memória das pessoas. Depois de muito tempo, houve um estacionamento ali, mas o povo não aceitou tão bem aquilo (Entrevistado PR, junho de 2019).

Seguindo a lógica do Entrevistado GR, a respeito da eficácia do segundo Mercado Central, ML explica como se lembra do espaço. As falas dos dois convergem ao evidenciarem que esse Mercado resolveu por pouco tempo a situação de superlotação dos comerciantes da época, que cresciam para acompanhar a demanda cada vez mais forte:

Na época, Montes Claros já tinha uma população maior e o segundo Mercado ia conseguir atender porque o Mercado antigo estava ficando pequeno. Aí eles construíram o segundo Mercado porque tinha muita banca na rua. Mas isso não durou muito tempo, porque continuou aumentando a população e o povo foi pra rua de novo. Mas era um Mercado que tinha muito movimento. Você encontrava de tudo. Na parte de cima tinha os restaurantes. As pessoas se confraternizavam. Não tinha supermercado, era diferente. De um lado, eram só os atacadistas. Eles vinham pra vender em atacado. Encostavam o caminhão e vendiam ali mesmo. E do outro lado, dentro do Mercado, o pessoal vendia a semana inteira. Tinha algumas bancas, mas a maioria vendia no chão. Colocava alguma coisa, tipo um pano e vendia (Entrevistada ML. Junho de 2019).

Mesmo que o objetivo fosse alcançar um ideal de progresso e desenvolvimento, Silva (2012) relata que o Mercado recém-inaugurado não atendeu muito bem às necessidades dos feirantes e da população, pois sofria com a falta de espaço para os comerciantes:

O novo Mercado sofria com alguns problemas como a falta de estrutura física para melhor acomodar os feirantes, transtornos nas ruas adjacentes que tumultuavam o trânsito no centro, falta de fiscalização em relação à comercialização dos produtos e a higiene do local, dentre outros. Esses problemas fizeram com que a população exigisse da administração municipal

medidas a serem tomados em relação aos mesmos. Dentre os problemas a serem resolvidos havia o caso dos atravessadores que encareciam os preços dos produtos ali comercializados, as mercadorias que eram expostas na rua junto com os roceiros, os constantes furtos no local, além da falta de fiscalização em relação aos açougues instalados fora do Mercado (SILVA, 2012, p. 76).

O segundo Mercado Central foi um espaço pouco lembrado pelos entrevistados, inclusive por quem já trabalhou lá. As pesquisas sobre ele também são escassas. Não foi possível acessar projetos de construção ou fotos, e as bibliografias são, em sua maioria, rasas no que tange à descrição daquele espaço e das pessoas que ali frequentaram. A interpretação que se pode fazer é que aquele espaço não permaneceu no imaginário das pessoas. Ocorreu certa “amnésia histórica” sobre esse segundo Mercado. Talvez tenha relação direta com a representatividade que o primeiro teve e o grande significado do atual Mercado Central. O segundo Mercado era somente um lugar que atendia às funções a que se propunha: a distribuição de alimentos e de artesanatos, basicamente.

O terceiro Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff funciona até os dias atuais, situado na Avenida Deputado Esteves Rodrigues, ao lado das terras do antigo prefeito Toninho Rebelo. Foi inaugurado em 30 de dezembro de 1988, quando a população apresentava ainda uma resistência considerável, já que se localizava mais distante do núcleo central comercial e a população se locomovia a pé, em sua maioria. O acesso ao espaço é, na maioria dos dias, fácil, por se localizar na Avenida principal da cidade. Aberto todos os dias, seu pico de movimento é aos sábados pela manhã, momento de congestionamento de automóveis e com maior circulação de pessoas. Nesse dia, a concentração de feirantes na área externa é consideravelmente maior.

**Figura 5** - Fachada do Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff



**Fonte:** acervo do/as particular do/as autore/as, 2019.

Um dos entrevistados conta que a comunidade apresentou resistência no início da implantação na nova área, já que o Mercado Central sairia do núcleo central cidade e passaria para uma área ainda vazia. Ele enfatiza o descontentamento sobre a mudança do segundo mercado:

Ninguém gostou. Era longe demais. Do primeiro para o segundo, tudo bem. Era até perto. Mas naquela época, a região do novo mercado era erma. Nem lado de cama a gente gosta de mudar, imagine então tirar o mercado do centro da cidade (Entrevistado DR, maio de 2019).

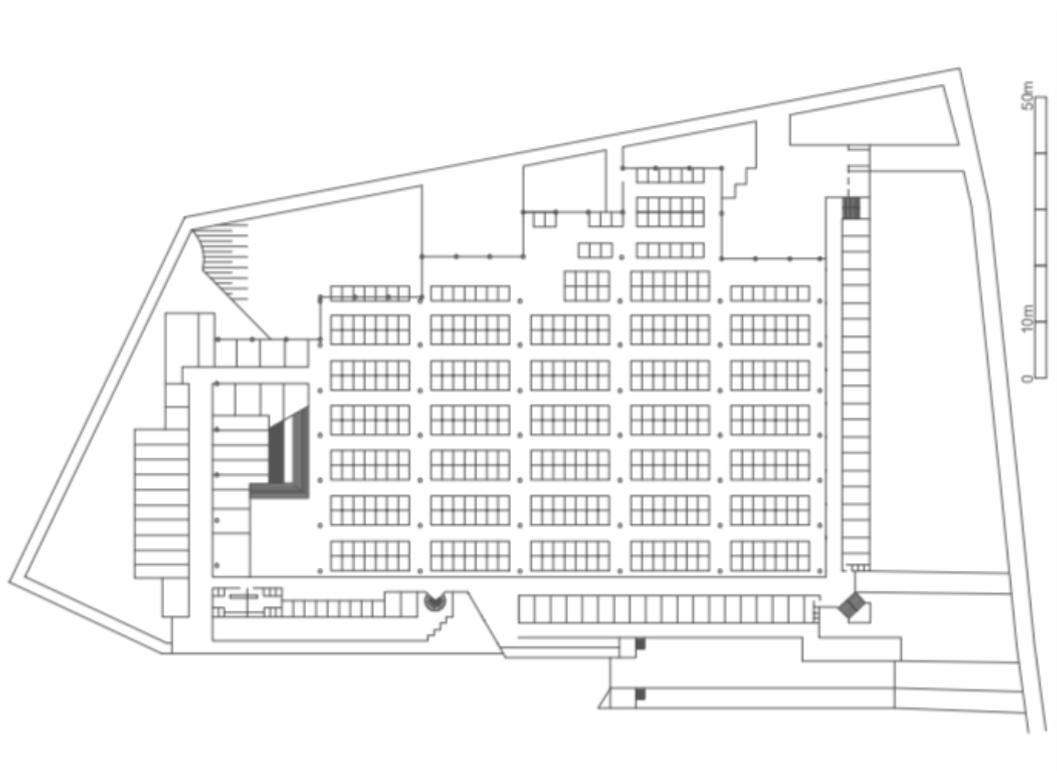
A decisão sobre o local de implantação do novo Mercado Central foi conflituosa, já que a área ainda era pouco ocupada e os interesses políticos eram divergentes. Silva (2012) expõe os agentes conflitantes do processo, que envolviam clientes, comerciantes e políticos:

A escolha do local para a construção do novo Mercado dividiu opiniões, sejam dos feirantes, vereadores ou dos clientes. Os feirantes acreditavam que com a transição iriam perder os clientes, os clientes achavam o novo local de difícil acesso, pois nesta época o acesso ao transporte público na cidade era precário, e os vereadores estavam no meio dos interesses políticos e precisavam

administrar com cautela tais questões, deveriam pautar a sua decisão conforme os pressupostos da escolha racional, que para a sociologia contemporânea é compreendida pela decisão de maximizar lucros e minimizar perdas (SILVA, 2012, p. 81).

Guimarães e Doula (2018) apontam que o Mercado Christo Raeff Nedelkoff possui uma área de 21.450 m<sup>2</sup> e abriga 135 boxes, 200 bancas livres no pátio interno e na parte externa do Mercado, que comercializam desde hortifrutigranjeiros a conservas, especiarias e artesanatos. Entre segunda e quinta-feira, cerca de cinco mil pessoas circulam pelo local e, aos finais de semana, esse número tende a duplicar.

**Figura 6** – Planta esquemática do Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff



**Fonte:** acervo do/as particular do/as autore/as, 2019.

Aos sábados, acontecem algumas especialidades no local: o *hall* superior do Mercado recebe uma roda de capoeira e uma feira de produtos agroecológicos, em que os produtores da

agricultura familiar comercializam seus produtos. A concentração de comerciantes se mostra crescente, o que faz com que eles se movimentem para a área externa da edificação.

**Figura 7** - fachada do Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff voltada para a rua Marechal Deodoro



**Fonte:** acervo do/as particular do/as autore/as, 2019.

Diferente do Entrevistado DC, o Entrevistado GR faz outras observações, sob o viés urbanístico, a respeito da implantação do Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff. Sobre a relevância e aceitação deste Mercado, GR explica que sua importância mudou ao longo do tempo, o que aconteceu com a maioria dos Mercados. Segundo ele, esses espaços perdem sua essencialidade econômica, e passam a refletir resistência cultural, ou ponto de encontro:

Eu penso na arquitetura como uma atividade que atende às demandas sociais dos usuários, da cidade e do urbanismo, com restrições das técnicas e tecnologias de construção. E penso como isso se encaixa na construção do Mercado e do que eu conheci no primeiro Mercado, no segundo e no terceiro. O terceiro Mercado foi aceito e é aceito hoje. A gente discute os problemas que tem, mas todas as pessoas que chegam na cidade querem conhecer o Mercado (Entrevistado GR, maio de 2019).

Já na perspectiva da Entrevistada ML, na época, o novo Mercado Central não foi bem aceito pela população. A visão da comerciante vai de encontro à percepção de GR, que enfatiza a questão do aspecto sujo do espaço e do entendimento de que existe certo descuido.

Na época não houve uma boa aceitação dos vendedores do segundo Mercado. Eles não aceitavam de forma nenhuma porque ficou muito contramão, muito distante. E era mais fácil pra eles. A população se achegava mais. Eu acho esse novo Mercado muito bom, uma pena que ele é muito jogado. Eu acho tão sujo esse Mercado. Na verdade, não são como a gente quer, os governantes impõem, e a gente tem que aceitar (Entrevistado ML, junho de 2019).

A relevância econômica dos Mercados diminuiu ao longo do tempo. No entanto, os laços afetivos, construídos com o espaço pelos usuários e comerciantes, oferecem um lugar de resistência às mudanças enfrentadas pela cidade, o que agrega aos Mercados a qualidade de ser abrigo das tradições e do patrimônio da comunidade.

## Considerações finais

Os Mercados Públicos têm-se adaptado a diferentes racionalidades da divisão social do espaço urbano. Antes considerados espaços periféricos de abastecimento das cidades, hoje, passaram a ocupar lugares centrais, desenvolvendo-se junto da complexa malha urbana. Ao longo do tempo, os agentes que compõem os Mercados são renovados. Isso não impede que a História de uma sociedade seja guardada, transmitida pela memória social.

Nesse sentido, o artigo analisou o Mercado Central de Montes Claros e sua trajetória de mudanças e permanências, que compreende outros dois Mercados já demolidos. O primeiro Mercado, uma construção de uma edificação sem precedentes para época, caracterizou-se com um estilo arquitetônico neoclássico, apresentando planta simplificada, simetria, cores neutras, telhados com platibandas, um frontão na sua fachada principal e um torreão que abrigava o relógio como regulador municipal do tempo. O Mercado Antigo marcou um período de prosperidade econômica e de efervescência política da cidade.

Vale ressaltar a importância da construção da Estação Ferroviária Central do Brasil, no início século XX, que ligava o sul ao norte do País, dado que, por um tempo, Montes Claros foi ponta de trilho e depois, ponto de parada. Isso fez da cidade uma via importante do fluxo

migratório do País. Adiante, Montes Claros consolidou-se como uma cidade mercantil com a construção do Mercado Público, que trouxe para o seu entorno vários pontos de comércio, como lojas, bares e armazéns.

Ressalta-se que todo tipo de negociação era feita dentro desse espaço: alimentos, artesanatos, drogas e prostitutas. Ficou evidente que a demolição do Antigo Mercado foi influenciada por articulações políticas, com justificativas públicas, embasadas em fatores técnicos. Em outras palavras, a demolição desse primeiro Mercado pode estar relacionada ao conservadorismo da sociedade da época e às normas higienistas defendidas.

A comoção em relação à destruição do Mercado Antigo é notória, visto que ele ocupa ainda a memória e o imaginário de muitas pessoas na cidade. Sua imagem estampa pinturas em residências e repartições, esculturas, artesanatos, souvenirs, poemas e relatos. Outro sinal que evidencia que a demolição foi de fato uma má escolha por parte da gestão pública é o vazio que o Mercado Antigo deixou por muito tempo. Dessa forma, o terreno vazio foi cimentado um tempo depois e foi usado como estacionamento, passando a ser conhecido por “cimentão”. Esse vazio se tornou um problema perceptível pelos relatos dos entrevistados. Diante disso, é possível inferir que a área se tornou vazia não só em sua materialidade, mas esvaziou-se também dos convívios e das relações humanas que se fizeram ali por quase um século e se acabaram sem muito fundamento.

Por mais que este artigo se tenha destinado a discutir o Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff e sua trajetória histórica de construção, muita atenção foi dispensada à sua origem, o Mercado Antigo. Tudo indica que os vínculos com o atual Mercado Central ainda precisam se consolidar. As relações que foram e são construídas nesse espaço tomam vida e se tornam afetivas, para além de econômicas. Nele, é construído e materializado o conhecimento prático dos diversos ofícios; as referências simbólicas e ideológicas presentes nesses espaços vão-se adaptando às novas realidades e os transformando, à medida que transformam também quem vive ali e, conseqüentemente, seus valores simbólicos.

## REFERÊNCIAS

ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023, de 21.11.2018. **Informação e documentação, trabalhos acadêmicos, apresentação.** Válida a partir de 17.04.2011. Rio de Janeiro, 2018.

FRANÇA, Iara Soares. **A cidade média e suas centralidades: o exemplo de Montes Claros no Norte de Minas Gerais.** Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia - UFU, 2007.

FREIRE, Ana Lucy Oliveira. Mercados públicos: de equipamentos de abastecimento de alimentos a espaços gastronômicos para o turismo. **Geografares**, n. 25, p. 176-198, jun. 2018.

GRAÇA, Ryth. Montes Claros era assim. Montes Claros: Editora Cultura, 1986.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Intermediárias. Coordenação de Geografia: RJ, 2017. 82p.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População Montes Claros – MG. 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/montes-claros/panorama>. Acesso em: 04 dez. 2021.

LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço.** Paris: Editora Armand Colin, 1974.

PAULA, H. A. **Montes Claros sua história sua gente seus costumes.** Vol. 1, Montes Claros: Editora Minas Gráfica, 1979.

PINTAUDI, Silvana. Os mercados públicos: metamorfoses de um espaço na história urbana. **Scripta Nova: Revista electrónica de geografia y ciencias sociales**, Vol. 10, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. Disponível em: <https://portal.montesclaros.mg.gov.br/cidade/aspectos-gerais>. Acesso em 28 de julho de 2019.

REVISTA NOSSA HISTÓRIA MONTES CLAROS. Montes Claros: impressão gráfica Papel Bom. Ano 1. nº 2, 2000.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da Geografia.** São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

SILVA, Sandra. **O Mercado Central de Montes Claros e o consumo dos bens alimentares: o patrimônio cultural como vetor do desenvolvimento local.** Dissertação (Mestrado) – Departamento de Desenvolvimento Social. Universidade Estadual de Montes Claros, 2012.

VIANNA, Urbino. **Monographia do Município de Montes Claros: breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916.

# SERTANIAS

REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

ISSN: 2763-566X



---

Recebido: 13 setembro de 2022

Aprovado: 10 de dezembro de 2022



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

27

